

**Perdidos entre o plágio e a originalidade**  
**Valéria Brisolara Salomon**  
Unilasalle – Canoas, RS

Vivemos em uma era digital, cercados por copiadoras, máquinas digitais e aparelhos de fax. *Remakes* de novelas e filmes ocupam as telas e o *funk* e o *rap* que nossos alunos ouvem se baseiam em canções pré-existentes. Listas de discussão, *blogs*, correio eletrônico e enciclopédias virtuais estão mudando nossa vida, nossa maneira de ler e nossos procedimentos de pesquisa. Há muitas páginas na Internet oferecendo monografias prontas e *ghost writers* são parte integrante da nossa vida diária. Ninguém se surpreende mais ao saber que políticos e pessoas públicas não escrevem seus discursos ou falas, mas os encomendam. Além disso, imprimimos e melhoramos fotos de nós mesmos, despidoradamente, forjando rostos mais novos e sorrisos mais brancos.

Nesse contexto, a questão atual, quando fazemos pesquisa, não parece ser como localizar e armazenar informação, como era há alguns anos atrás, mas, ao invés disso, como lidar com tal quantidade de informação, principalmente porque, como Saint-Amour (2003, p. 14) apontou, muito dessa informação é anônima. Na nossa cultura de massa desaparecem as marcas que identificam o produtor da obra ou a sua origem, na medida em que muitas obras dependem do trabalho coletivo. Há um crescimento grande dos chamados textos apócrifos e todos os dias recebemos dezenas de mensagens eletrônicas com piadas e textos sem o nome de seu autor e, outras tantas vezes, a atribuição é feita a uma pessoa que não tem qualquer relação com o texto. Os ambientes virtuais propiciaram o aparecimento de sujeitos e autores virtuais, sem responsabilização por seus atos ou palavras. É como se a vida vivida no ambiente virtual fosse mesmo outra.

É frequentemente dito que é mais fácil fazer pesquisa hoje em dia devido aos recursos tecnológicos disponíveis; entretanto, nem todos nós sabemos o que fazer com tanto material e, como resultado, o que poderia ser uma vantagem nas salas de aula é frequentemente tratado como um problema por facilitar a cópia e incentivar os alunos a copiarem os trabalhos.

Nesse panorama, palavras como plágio e violação de direitos autorais têm sido, cada vez mais, usadas em ambientes educacionais. Há até mesmo inúmeras páginas e manuais dedicados a ajudar professores a identificar o plágio e outros tipos de cópia em textos produzidos por alunos. Da mesma maneira, tem aumentado o número dos supostos casos de plágio em universidades, tanto entre alunos de graduação como entre alunos de pós-graduação. Dissertações e teses têm sido reprovadas e seus autores acusados de plágio. Escolas estão novamente pedindo trabalhos à mão,

acreditando que essa prática pode reduzir o plágio. Professores universitários, em uma ânsia de publicar ou perecer, estão sendo acusados de auto-plágio. Todos esses casos apontam na mesma direção: como identificar casos de plágio, revelar os infratores e fornecer punições adequadas para aqueles que cometeram tal crime de modo a coibir a prática. Entretanto, todas as instâncias listadas acima têm sido tratadas de maneira semelhante e alunos com dificuldade em escrever estão sendo colocados lado a lado com plagiadores.

Precisamos ir além da mera identificação e denúncia de casos de plágio, principalmente em ambientes educacionais, onde leitores e autores estão sendo formados. O plágio é um problema ético e pedagógico a ser discutido em ambientes educacionais e talvez nem tudo que é chamado de plágio mereça essa denominação. Talvez não haja apenas um plágio e sim diferentes plágios. Talvez nem todos os alunos mereçam ser queimados em praça pública e acusados de plagiadores.

A escrita é uma forma de apropriação da linguagem e se há problemas relacionados à escrita são problemas relacionados à relação que mantemos com a linguagem e às nossas responsabilidades com a língua e seu uso e não à posse dela (LUNSFORD, p. ix). Assim, o que tem que ser buscado e descoberto são as razões pelas quais um número tão grande de instâncias diversas são chamadas de plágio e estão tão disseminadas em ambientes educacionais hoje em dia. E talvez mais tarde tentar buscar maneiras de lidar com essas situações. Portanto, devemos aprender como lidar com esse cenário e como usar os recursos disponíveis a nosso favor ao invés de voltar a fazer aulas de caligrafia e solicitar trabalhos escritos à mão.

Levando essas considerações em conta, este artigo tem por objetivo discutir a prevalência de acusações de plágio em ambientes educacionais e oferecer conceitos diferenciais de plágio. A proposta é a de uma discussão sobre a desmitificação da autoria e da originalidade nas salas de aula a fim de fazer com que tanto alunos e professores estejam mais conscientes dos processos e práticas de escrita, o que pode prevenir alguns tipos de comportamentos associados ao plágio. O foco é na dificuldade que os alunos têm em encontrar a própria voz em ambientes educacionais contemporâneos.

O plágio é geralmente definido como a apropriação e o uso das palavras ou idéias de outros sem dar crédito à fonte, mas essa definição é insuficiente. Segundo ela, o plagiador toma o texto de alguém e assina o seu nome sob ele, supostamente roubando o trabalho de outros e, conseqüentemente, o crédito e, de acordo com a legislação vigente, a propriedade e o lucro obtidos a partir deste trabalho. Portanto, segundo esta perspectiva, temos plágio quando há a transgressão da autoria de outros (WOODMANSEE, 1994, p.1). Mas na maioria de situações de sala de aula, os textos dos alunos não são para fins de publicação e não serão publicados e, portanto, não infringem os direitos autorais. Por essa razão, o foco deve ser no plágio como uma prática e não como uma infração, mas eles são frequentemente equiparados. Já em

1952, o americano Alexander Lindley publica a obra *Plagiarism and Originality* e expressa sua preocupação com a questão. Lindley lembra-nos que embora plágio e violação de direitos autorais sejam freqüentemente associados, não são a mesma coisa (1952, p. 2). A diferença está no fato que o direito autoral não é necessário para a existência do plágio, mas o plágio é necessário para a ocorrência de direito autoral. Assim, o termo plágio pertence tanto ao universo educacional quanto ao universo jurídico hoje em dia, mas o plágio nas salas de aula é um problema ético, enquanto os direitos autorais não são nada mais do que a regulamentação dos direitos de fazer cópias de textos.

Portanto, o uso ou a cópia de um trabalho prévio não é por si problemático, mas a falha em dar crédito a autores conhecidos e reconhecidos. Enquanto leitores, várias vezes temos nossa memória desafiada ao encontrarmos uma passagem que parece familiar a nós. Muitos de nós, atizados pelo foco atual no plágio, logo supõem que há um caso de plágio envolvido e começam uma busca incessante pela fonte usando todas as ferramentas disponíveis, incluindo a Internet. Muitos professores parecem desapontados quando não conseguem localizar a origem do trabalho de seus alunos, subestimando a capacidade dos alunos, e, frequentemente superestimando os seus conhecimentos de informática e astúcia. Desta forma, as questões que devem ser perguntadas parecem ser: Será que há plágio se nós mesmos não conseguimos identificar as fontes usadas? Será que é plágio quando o texto de outro foi transformado de tal maneira em nosso próprio texto ao misturarmos as palavras de outros às nossas palavras? O que será que os professores e educadores e alunos devem considerar plágio? (SALOMON, 2007)

Se a tecnologia é frequentemente culpada por facilitar o plágio, muitos de nós parecem esquecer que nossa época oferece uma oportunidade única para que todos leiamos e escrevamos mais, mas parece que não estamos preparados para escrever nossos próprios textos e ler o que os outros estão escrevendo criticamente. A Internet, por exemplo, nos traz a tentação de não escrevermos nada que seja realmente nosso. Até professores sentem-se tentados de pesquisar na rede e imprimir uma aula já pronta. Não há nada de errado em fazer isso, se as referências forem feitas da maneira correta, mesmo que às vezes isso seja difícil de ser feito.

O grande desafio parece ser fazer com que alunos e professores participem, deixando de lado a sua passividade. Muitos alunos são freqüentemente acusados de plágio quando tentam produzir algo de seu e demonstram não possuir grandes habilidades de escrita. A crença de que temos que produzir textos originais faz com que muitos alunos tenham dificuldade, sintam-se incapazes e desistam. Sabemos que todos os textos são, de uma maneira ou outra, escritos de forma colaborativa, isto, é escritos com a colaboração de outros textos, vozes, ou até, mãos. Os avanços tecnológicos incentivam a escrita colaborativa e propiciam que os alunos tomem parte em diversas atividades de escrita colaborativa.

Não pode ser esquecido que tanto a originalidade quanto a autoria são construções. Antes do Romantismo e do advento das noções de autor e de originalidade, os textos podiam circular mais livremente e as formas colaborativas de escrita eram ainda predominantes. Na Renascença, a autoria era relacionada à autoridade e nesse panorama ninguém dava muita importância a questões como o plágio (WOODMANSEE, 1994, p. 3). Entretanto, após o Romantismo e a ênfase no sujeito trazida pelo individualismo, que incentivou a valorização de noções como a originalidade e o gênio, o escritor foi promovido à figura de autor. Deixou de ser aquele que supostamente autorizava a circulação de um texto, que era responsável pelo texto, para ser aquele que possuía o texto e suas palavras.

Este regime de autoria surgido depois do Romantismo foi prevalente até a segunda metade do século 20, quando começou a ser problematizado; primeiro pela crítica, através de autores como Barthes, Foucault e Said e posteriormente pela tecnologia, oferecendo a nós a possibilidade de acesso a vários tipos de textos, mesmo simultaneamente e também com recursos para inserir nosso discurso nesses textos. Hoje podemos adicionar, suprimir, e mudar informação e também a forma de um texto, melhorando-o ou adaptando-o a nossas próprias necessidades ou objetivos. As tecnologias disponíveis fazem com que seja possível que colaboremos mais com outros textos ou autores e isto começou a fazer com que a escrita e a leitura se tornassem atividades mais públicas novamente, sendo, nas palavras de Meltzer, a escrita colaborativa, revivida pela tecnologia. (1994, p. 27).

Apesar do fato de que a maior parte da crítica literária contemporânea concorda que toda escrita é colaborativa, e que a tecnologia está tornando esse fato mais visível, não é isso que vemos nas salas de aula. É mais difícil mudar as práticas pedagógicas do que o discurso. Muitas das acusações de plágio baseiam-se na noção Romântica do sujeito e escritor autônomo, já abandonada pela crítica, ao mesmo tempo em que várias instâncias de sala de aula incentivam os alunos a copiarem as palavras de autores reconhecidos a fim de aprender com eles. Muitos trabalhos, se não são repletos de citações e referências, podem não ser considerados acadêmicos o suficiente e serem rejeitados.

Como resultado dessa diferença entre o que acontece em suas vidas e o que acontece na sala de aula, os alunos sentem-se inseguros e confusos. Eles frequentemente não sabem o que fazer. São frequentemente incentivados a localizar informações e achar respostas em textos sem reconhecer a origem da informação. Vivem cercados por um meio ambiente que incentiva a colaboração e estão acostumados a adicionar informação a mensagens que recebem e depois a reenviá-los ou a postar mensagens em seus *blogs*, mas apesar do fato de que a maioria dos artigos científicos são escritos de maneira colaborativa, eles são ensinados que artigos devem ser referenciados e idéias pessoais devem ser apoiadas por idéias de autores de maior renome. De certa maneira, supõem que suas idéias ou palavras não são boas

ou suficientes. Ao mesmo tempo, nossa cultura é uma cultura baseada em ser o primeiro, único, o original, e quando estes mesmos alunos são solicitados a escreverem seus próprios trabalhos, a originalidade é incentivada e os alunos são ensinados de que é a propriedade mais importante da autoria. São avisados dos riscos de plágio e das punições para aqueles que cometem o plágio, mas pouco tempo é usado para discutir com eles a diferença entre textos literários e o que constitui o plágio ou a originalidade em um texto. Por esta razão, parece ser relevante discutir a construção do plágio na academia e os dilemas enfrentados pelos alunos hoje em dia em salas de aula com os próprios alunos, incluindo-os no processo. Eles devem participar nas discussões que definem o que é considerado plágio e o que não é em um dado ambiente e contexto. Como um exemplo prático, grupos de alunos poderiam ser convidados a elaborar, juntamente com os professores, uma cartilha para ser usada em suas aulas ou disciplinas, definindo o que pode ou não ser feito. Tanto alunos quanto professores poderiam se beneficiar de tal discussão. Um consenso pode não ser atingido, mas mesmo assim, todos estariam envolvidos no processo e iriam tornar-se mais conscientes das implicações de usar um termo tão negativo e abstrato como o plágio.

É comum encontrar alunos que não são capazes de reconhecer o plágio e as implicações de seus atos, por não saber o que é permitido e o que não é permitido. Eles reclamaram que não tinham certeza do que era esperado deles quando eles eram solicitados a escrever um relatório ou um texto. De acordo com muitos deles, recebiam muitas informações com relação a formas de citação e referenciamento, mas poucas informações com relação a como desenvolver argumentos e construir textos. Trazer os alunos à discussão faria a vida de professores e alunos mais fácil na medida em que eles iriam expressar as suas preocupações e dúvidas. Eles poderiam assim concordar que nem todos aqueles que copiam são criminosos que precisam ser identificados e humilhados. Alguns têm apenas dificuldade em escrever, por não dominar os passos do processo de escrita. Outros são apenas desconhecedores do que é esperado deles com relação a suas tarefas. Outros são apenas ansiosos em escrever tão bem quanto possível.

Nem tudo que parece ser plágio é. É uma simplificação afirmar que plágio é qualquer ato intencional de cópia. A cópia intencional é parte da maioria de trabalhos acadêmicos, mas crédito é geralmente dado aos autores. O furto de um trabalho completo ou de parte de um trabalho não é o mesmo que a cópia de um parágrafo sem fazer uso adequado de convenções de citação e referenciamento, como a ABNT. Essas ações não podem ser equiparadas e os sujeitos por trás delas têm que ser tratados e instruídos de maneira diferente. Se aqueles que roubam trabalhos podem ser chamados de ladrões e instruídos com relações às conseqüências de seus atos e à importância de aprender a escrever, aqueles que fazem um recortar e colar e citam sem saber por que devem ser instruídos com relação às razões pelas quais citamos e as razões pelas quais desenvolver uma voz pessoal pode ser útil não só na sala de aula,

mas na vida além dela. Escrever é uma habilidade que precisa ser ensinada e aprendida; entretanto, não há garantia de que possa ser aprendida em curso de escrita.

A reclamação mais freqüente é a de que os alunos copiam muito da Internet ou de livros e pensam que somente copiar é suficiente. Howard chama esse procedimento de “escrita de retalhos” (do inglês “*patchwriting*”) e a define como o processo de copiar de um texto fonte, apagar algumas palavras, alterar algumas estruturas gramaticais, ou trocar um sinônimo por outro (1999, p. xvii). A autora defende que tal procedimento é parte do processo de escrita principalmente em ambientes educacionais e deve ser visto como um procedimento legítimo e valioso (2001, p. xxii). Entretanto, a autora afirma que não é a linha de chegada e por isso temos que ensinar que não é ilegal fazer uso desse procedimento, mas que é um passo do processo de escrita, principalmente na escrita acadêmica. Howard vai mais longe e defende que todos nós, sejamos alunos ou professores, fazemos uso de tal procedimento de tempo em tempo e, geralmente quando temos nossos primeiros encontros com um texto ou gênero com o qual não temos familiaridade (1999, p. 90). Por está razão, alunos devem ser incentivados a escrever, mesmo quando suas primeiras tentativas resultam em textos plagiados ou versões de textos prévios. Receber instrução com relação à importância de reescrever pode levá-los para além da cópia, enquanto chamá-los de plagiadores pode não levar a lugar nenhum. Mudar as respostas dos professores com relação à produção dos alunos pode também mudar as respostas dos alunos às solicitações dos professores. Considerar um texto feito de retalhos como plágio pode impedir que alguns alunos consigam ir além dele. A questão parece ser como levar os alunos para além desse tipo de prática sem desestimulá-los. Howard também chama atenção para o que considera uma contradição no posicionamento de professores. Mesmo aqueles que, como ela, sentem-se identificados com os ensinamentos de Paulo Freire e sua pedagogia libertadora, às vezes defendem práticas nada libertadoras.

Em “Pierre Ménard, Autor de Don Quixote”, Borges deixa claro que só há um método para duas pessoas escreverem o mesmo texto: elas têm que passar pelas mesmas experiências, e, ainda assim, pode não dar certo. Pierre Ménard percebe que há apenas uma maneira de escrever o texto que Cervantes havia escrito: ser o mesmo sujeito, isto é, Cervantes. Portanto, textos são únicos porque o processo de escrita é diferente, embora o resultado possa parecer similar. Isso coloca a autenticidade do texto no corpo do artista (GROOM, 2003, p. 13) e reforça a sua singularidade enquanto sujeito que embarca em uma jornada única ao escrever.

Edward Said, muito antes da nossa era digital, já havia concluído que quando um escritor senta-se para escrever pensa menos em escrever e mais em reescrever (1983, p. 135). Ele defende que se o escritor sempre reescreve é porque a originalidade, se existe, está na individualidade, concordando com Lindley (1952, p. 20). Isso significa dizer que a única possibilidade de ser original é tentando encontrar as nossas próprias vozes, as vozes que nos habitam, que são feitas de outras vozes. Isso

significa que a originalidade enquanto ausência de repetição é impossível porque se a originalidade existe, ela vai além da novidade (LINDLEY, 1952, p. 17). Portanto, pode-se precisar repetir, mas temos que aprender como repetir buscando achar a sua própria voz, isto é, nossas marcas individuais.

O plágio sempre nos assombrou. Todos que escrevem têm medo do plágio. Alguns têm medo de plagiar; outros têm medo de serem plagiados. O plágio está tão embrenhado que Mallon afirma que um dos riscos ocupacionais do escritor é o de irá plagiar sem saber (2001, p. 125). Meltzer identifica que essa ansiedade de ter uma idéia original roubada, esconde um medo maior de que talvez não haja originalidade alguma, mas apenas um ideal de originalidade (1999, p. 41). Howard também compartilha da visão de Meltzer de que não há originalidade ao também afirmar que o medo do plágio é ligado à suspeita de que não há, ou seja, de que toda 'originalidade' é na verdade 'influenciada'" (1999, p. 26). A autora também defende que se a originalidade não existe, e seu oposto é o plágio, todos os escritores são, até certo ponto, plagiadores (1999, p. 26). Entretanto, o problema da afirmação de Howard é que o plágio não pode ser o contraponto da originalidade. Lindley defende que plágio e originalidade não são opostos, mas dois lados da mesma moeda (1952, p. 14).

Saber que a originalidade é um ideal a ser atingido, e nunca alcançado, e, portanto, remover a exigência por originalidade, pode ajudar nossos alunos. Pode fazer com que tenham menos medo das vozes que ouvem quando tentam escrever, e tenham mais disposição para sentar e escrever. Os alunos têm que saber que os textos são feitos de fragmentos, de referências, de imagens, de memórias e vozes. Eles são feitos do mesmo material de que as pessoas: identificações, imagens, e traços que precisam a fim de construir um texto. Eles também precisam saber que o plágio, assim como a autoria, são construtos modernos e na medida em que a modernidade se desintegra, eles também começam a se reconfigurar, apesar de que ainda estarem presentes.

A ênfase parece estar no resultado, ou seja, no texto produzido e não no processo de escrita dos alunos, mas como Borges nos ensinou, o que mais importa em uma sala de aula é o processo de escrita de cada um e não somente o resultado deste. Precisamos de tarefas que favoreçam o processo de criação e não o produto final. Ao privilegiar a criação dos alunos, monitorando monitorar todas as suas fases, reduzimos a possibilidade da mera cópia. Assim, fica claro que o plágio pode ser uma falha no processo de criação de uma pessoa e não um problema no resultado obtido (STEARNS, p. 7). Ainda com esse respeito, Stearns defende que o que está em jogo no plágio é o processo criativo, ou seja, a apropriação da escrita, enquanto nos casos de direitos autorais é resultado do trabalho de alguém (1999, p. 9).

A noção moderna de plágio, que está por trás da maior parte das acusações de plágio, é baseada em uma série de premissas que parecem não se sustentar mais na pós-modernidade. Entre elas está a noção de que o autor é autônomo, de que a

originalidade enquanto um absoluto existe, e de que os autores podem manter suas obras em suas gavetas. Entretanto, temos consciência hoje em dia de que não somos tão autônomos quanto gostaríamos, a originalidade enquanto um absoluto não existe, é apenas uma quimera, e a propriedade em um mundo virtual é uma questão complicada (SALOMON, 2007).

O pós-modernismo tenta destruir e rejeitar dicotomias como a do original e da cópia, mostrando que essa noção moderna e romântica da autoria é um construto assim como a de originalidade. Uma vez que desconstruímos a noção de originalidade, estamos também desafiando a noção de plágio e dando lugar a plágios, que borram a distinção entre original e a cópia, que o pós-modernismo problematiza.

Construir novos textos tomando por base textos já existentes, usar composições antigas e combiná-las em novas formas não é plágio, é originalidade. A originalidade não é invenção, mas lembrança, repetição e reconhecimento. É a repetição com diferença. A originalidade não é um absoluto, mas uma variável que depende do tempo e da tradição e também do contexto. Rejeitar a originalidade enquanto um absoluto é o que pode permitir que encontremos as nossas próprias vozes enquanto escrevemos e tornemos nossa a linguagem, pois “Escrever é tornar sua a linguagem” (SCHNEIDER, 1990, p. 45).

Assim, o conceito de plágio usado em ambientes educacionais não pode ser o mesmo usado em cortes em casos de direito autoral, apesar do fato de que ambos baseiam-se no reconhecimento. O aluno que copia um trabalho inteiro de um colega pode ser chamado de plagiador e receber punição, mas seu ato, e sua punição, devem ser diferenciados daquele que tentou produzir um texto, mas não conseguiu ir além do recortar e colar. Se tivermos claro essa diferença, e reconhecermos a escrita de retalhos como parte integrante do processo de escrita, talvez nossos alunos não fiquem tão perdidos entre a demanda de originalidade e as acusações de plágio e consigam escrever algo de seu.



## REFERÊNCIAS

- BORGES, Jorge L. "Pierre Menard, author of The Quixote". *Authorship from Plato to the Postmodern: a reader*. (Ed.) Sean Burke. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1995. p. 328-335.
- GROOM, Nick. *The Forger's Shadow: How Forgery Changed Literary Criticism*. London: Picador, 2003.
- HOWARD, Rebecca. *Standing in the Shadow of Giants: Plagiarists, Authors, Collaborators*. Stamford: Ablex Publishing Publication, 1999.
- HOWARD, Rebecca. "The New Abolitionism comes to Plagiarism." *Perspectives on Plagiarism and Intellectual Property in a Postmodern World*. (Eds.) Lise Buranen e Alice M. Roy. Albany: State University of New York Press, 1999. p. 87-96.
- LINDLEY, Alexander. *Plagiarism and Originality*. New York: Harper and Brothers Publishers, 1952.
- LUNSFORD, Andrea. "Foreword". *Perspectives on Plagiarism and Intellectual Property in a Postmodern World*. Albany: State University of New York P, 1999. ix-xii.
- MALLON, Thomas. *Stolen Words*. New York: Harcourt, 2001.
- MELTZER, Françoise. *Hot Property: The Stakes and Claims of Literary Originality*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- SAID, Edward. *The World, the Text, and the Critic*. Cambridge: Harvard University Press, 1983.
- SAINT-AMOUR, Paul. *The Copyrights: Intellectual Property and the Literary Imagination*. Ithaca: Cornell University Press, 2003.
- SALOMON, Valéria B. "Plagiarism versus originality: Helping students find their own voice". *Plagiarism in the classroom*. (Eds.) Tracy Morse. Tampa: The University of Tampa Press, 2007 (no prelo).
- SCHNEIDER, Michel. *Ladrões de Palavras: Ensaio sobre o plágio, a psicanálise e o pensamento*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- STEARNS, Laurie. "Copy Wrong: Plagiarism, Process, Property, and the Law." *Perspectives on Plagiarism and Intellectual Property in a Postmodern World*. (Ed.) Lise Buranen e Alice M. Roy. Albany: State University of New York Press, 1999. p. 5-17.
- WOODMANSEE, Martha; JASZI, Peter. *The Construction of Authorship: Textual Appropriation in Law in Literature*. Durham and London: Duke University Press, 1994.